



Racismo e Violência: Heranças do Passado, Reflexos no Presente

Racismo y Violencia: Legitimidades del Pasado, Reflexiones en el Presente

Ludimila Da Silva Pinto
Rogeli Belfort Laranjeira
Jordeanes Do Nascimento Araujo

RESUMO

No Brasil, o racismo estrutural ainda define as dinâmicas sociais, perpetuando desigualdades e práticas excludentes em diversas esferas. Este artigo tem como objetivo analisar políticas reparatórias, examinar a relação entre violência policial e racismo estrutural, refletir sobre os desafios da inclusão racial nas universidades e investigar manifestações de racismo na segurança pública. A pesquisa adota uma metodologia bibliográfica, com base na análise de dados estatísticos extraídos de notícias recentes. Resultados apontam que enfrentar o racismo e a violência no Brasil exige um esforço coletivo e interdisciplinar. O racismo se revela como uma estrutura da sociedade que normatiza regras consideradas em princípios discriminatórios de raça.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Igualdade racial; Desafios.

RESUMEN

En Brasil, el racismo estructural sigue definiendo las dinámicas sociales, perpetuando las desigualdades y las prácticas excluyentes en diversos ámbitos. Este artículo tiene como objetivo analizar las políticas reparadoras, como la disculpa del gobierno federal a la población negra y el fondo de igualdad racial, examinar la relación entre la violencia policial y el racismo estructural, reflexionar sobre los desafíos de la inclusión racial en las universidades e investigar las manifestaciones del racismo en la seguridad pública. La investigación adopta una metodología bibliográfica, basada en el análisis de datos estadísticos extraídos de noticias recientes. Los resultados indican que el enfrentamiento al racismo y la violencia en Brasil requiere un esfuerzo colectivo e interdisciplinario. El racismo se revela como una estructura de la sociedad que regula normas basadas en principios discriminatorios de raza.

Palabras clave: Racismo estructural; Igualdad racial; Desafíos.



INTRODUÇÃO

O Brasil carrega profundas marcas históricas que influenciam as dinâmicas sociais e econômicas atuais, com o racismo estrutural e a violência figurando como dois dos principais legados da escravidão e do colonialismo.

Essas questões, historicamente negligenciadas pelo Estado e pela sociedade, têm sido abordadas por meio de iniciativas que buscam justiça racial e inclusão, mas os desafios continuam em diversos espaços, como a educação, a segurança pública e as políticas reparatórias.

De acordo com Almeida (2018), em seu livro *O que é racismo estrutural?*, o racismo estrutural é uma forma de discriminação sistemática, baseada em raça, que permeia as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas.

É caracterizado pela reprodução de desigualdades raciais através de práticas que podem ser conscientes ou inconscientes, mas que se manifestam como privilégios ou desvantagens dependendo do grupo racial ao qual uma pessoa pertence (ALMEIDA, 2018, p. 25). Diferentemente do racismo individual ou institucional, o racismo estrutural opera no nível macro, sendo integrado às estruturas da sociedade, o que torna sua perpetuação independente de intenções individuais.

O racismo praticado dentro do ambiente de trabalho gera grande desconforto e uma série de momentos desrespeitosos diante das práticas de intolerância e racismo e sexualização. segundo Costa (2017) “[...] faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta a divisão racial do trabalho e o racismo como forma de dominação política das camadas populares e das classes trabalhadoras”. O preconceito e a separação de cargos por cor e não por competência ainda está muito presente no nosso meio social.

1.1 Racismo Estrutural na Educação

Na educação, o diagnóstico inédito apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2024 sobre as relações étnico-raciais evidencia avanços e lacunas na implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.



Apesar do esforço para ampliar práticas pedagógicas inclusivas "As nossas universidades não são multirraciais de modo algum. O nosso plantel acadêmico é completamente branco."(ALMEIDA, 2018, p. 25)

Dentro do próprio corpo docente dentro das universidades onde as vozes negras são poucas e quase nunca são ouvidas, nos trazendo então para um contexto mais atual que seria a representatividade nas pós-graduações de nosso país.

Enfrentando barreiras significativas durante esse processo como falta de recursos financeiros, racismo institucional e ausência de redes de apoio acadêmico. Segundo Silva (2007) "[...]na prática, as universidades brasileiras, altamente seletivas, têm dificuldades de reconhecer o valor dos diferentes grupos raciais existentes no país e de incorporá-los substantivamente".

Esses desafios estão ligados à perpetuação de critérios seletivos que privilegiam grupos já favorecidos socialmente, além de uma cultura acadêmica que negligencia a inclusão de perspectivas e conhecimentos produzidos por populações negras, indígenas e outras minorias.

Uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos (ALMEIDA, 2018, p. 53).

Conceitos esses criados não só biologicamente mas também socialmente onde aprendemos a ver e tratar as pessoas de certas maneiras devido a cor da pele, com base em ideias que já existiam antes de nós.

"A grande mudança de uns quatro anos para cá é que antes a academia brasileira não tinha cor. Até então não tinha cor, o CNPq não tinha cor."(CARVALHO, 2001, p. 13) , resistências estruturais, como a formação inadequada de professores e o descumprimento das legislações, limitam os efeitos esperados.

Iniciativas como a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), que destina recursos para a formação de docentes, sinalizam um avanço, mas enfrentam desafios de implementação e continuidade e "Para chegar às cotas, para que os alunos negros entrem na universidade, nós temos de dizer que quem vai decidir as cotas serão brancos."(CARVALHO, 2001, p. 13).



1.2 Políticas Reparatórias

No âmbito das políticas reparatórias, o pedido de desculpas formal do governo federal à população negra em 2024, acompanhado pela criação de um fundo de igualdade racial, representa um marco histórico. Esse gesto não apenas reconhece os prejuízos históricos causados pela escravidão e pelo abandono pós-abolição, mas também busca estabelecer medidas concretas de reparação. Porém, a efetividade dessas ações está condicionada à articulação política, ao financiamento sustentável e à capacidade de implementação de políticas públicas que enfrentam o racismo estrutural de forma abrangente.

A forma de discriminação que combina desigualdade de gênero e de raça, criando desafios únicos para as mulheres negras no mercado de trabalho. As mulheres negras dentro do mercado de trabalho enfrentam tanto o preconceito racial quanto o sexismo, o que resulta em salários mais baixos, dificuldade de ascensão profissional e uma constante luta contra estereótipos que as desvalorizam, independentemente de suas qualificações.

A trajetória das mulheres negras, assistentes sociais, que travaram batalhas importantíssimas e abriram caminho para o debate étnico-racial no espaço acadêmico, a partir da década de 1980, ainda carece de um registro rigoroso, que nos permita apreender melhor o debate étnico-racial no interior da profissão naquele período. (EURICO 2020)

Apesar de importantes contribuições feitas por mulheres negras assistentes sociais na luta por um debate étnico-racial dentro da profissão, a trajetória delas ainda não foi devidamente registrada e reconhecida.

Embora consigam adentrar ambientes mais formais ou ocupar cargos mais importantes, as mulheres negras enfrentam uma grande falta de reconhecimento, muitas vezes marcada por machismo e discriminação racial. Essas formas de preconceito tentam inferiorizar tanto a mulher negra quanto a importância de seu cargo, desconsiderando suas habilidades e qualificações.

1.3 Racismo e Violência na Segurança Pública

A violência, especialmente aquela feita por forças de segurança, ressalta outra face do racismo estrutural. Dados de 2024 indicam um aumento significativo de mortes causadas por policiais militares em São Paulo, muitas delas em operações direcionadas a comunidades



vulneráveis. “O número de mortes por policiais militares em São Paulo aumentou 98% após o início da gestão do governador Tarcísio de Freitas e do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite” (REVISTA FÓRUM, 2024, p. 8).

Como destaca a Revista Fórum (2024, p. 3), "um em cada quatro assassinatos registrados no estado é cometido pela PM, que coleciona casos de agressões e violência sem punição". Isso evidencia a falta de responsabilização e os impactos desiguais nas comunidades vulneráveis.

A relutância em expandir mecanismos de transparência, como o uso de câmeras corporais, agrava o problema, arruinando a confiança da população na segurança pública. Esses episódios mostram não só as falhas institucionais, mas também a continuidade de práticas excludentes e desumanizantes que afetam de forma desproporcional pessoas negras e periféricas.

"Assim, detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção deste poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de conduta e modos de racionalidade que tornam 'normal' e 'natural' o seu domínio." (ALMEIDA, 2018, p. 31).

A manutenção desse poder não se dá apenas pela força, mas pela capacidade desses grupos de institucionalizar seus interesses. Isso significa que o grupo dominante consegue criar normas, padrões de comportamento e formas de pensar que são aceitas como "naturais" ou "normais" por toda a sociedade.

Já que a política não se move pela lógica dialética da razão, mas pela transgressão e pela desorientação dos limites, podemos refletir mais profundamente sobre como essa perspectiva evidencia a violência racial como um mecanismo de soberania. Essa violência impõe limites sobre corpos racializados e, ao mesmo tempo, os redefine continuamente por meio da violação. Assim, racismo e violência não são meras manifestações isoladas, mas sim estruturas enraizadas em relações históricas de poder que sustentam desigualdades e exclusões, assim segundo Mbembe “Política, nesse caso, não é o avanço de um movimento dialético da razão”.

O racismo de classe se manifesta na junção da discriminação social como um mecanismo de dominação, comparando a classe trabalhadora e os marginalizados do mundo industrial aos “selvagens” do colonialismo. No caso da população negra, essa lógica se reflete na exclusão dos espaços de poder, sendo constantemente direcionada a cargos subalternos.



Quando ocupam posições de destaque, são tratados como exceção e frequentemente submetidos a constrangimentos no ambiente de trabalho, com seu conhecimento desvalorizado e associado a estereótipos como o de “favelado”. No presente, essa estrutura se perpetua na criminalização da pobreza e na repressão das periferias, reafirmando as hierarquias sociais e raciais.

Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o “povo apátrida” do mundo industrial aos “selvagens” do mundo colonial (MBEMBE)

Nos dias atuais, embora essas atitudes tenham sido modificadas, elas ainda seguem um longo contexto histórico em que foram reformuladas e adaptadas às novas realidades sociais e econômicas. Esse processo continua perpetuando desigualdades que determinam o acesso a direitos e oportunidades, ampliando a separação social. As elites, por sua vez, reforçam a ideia de que certos grupos, como negros e moradores das periferias, são inferiores, sustentando esse discurso de forma mascarada dentro de políticas que, em teoria, deveriam promover inclusão, mas, na prática, mantêm a exclusão e a desigualdade.

A lógica colonial, que associa o “selvagem” à desordem e à ameaça à civilização, reaparece na atualidade de diversas maneiras. Uma delas é a criminalização das classes populares, especialmente da população negra, o que resulta no aumento da violência. Muitas vezes, problemas menores são utilizados como justificativa para ações repressivas desproporcionais, reforçando a marginalização e a brutalidade estatal contra esses grupos

Figura 1 – Protesto



Poster com mensagem "Justiça para Genivaldo" durante protesto pela morte por asfixia de um homem negro por dois policiais, Rio de Janeiro, a 28
Maio 2022

fonte: <https://www.voaportugues.com/a/7891064.html>

O grande uso da motivação da marginalização dentro das periferias e de pessoas negras para que seja gerada a morte delas como forma de eliminar as pessoas de raça faz com que gere uma grande violência em massa diante das classes populares. Diante desses aspectos, a necropolítica ganha força, pois, em sua maioria, o que se entende como 'normal' passa a decidir quem deve viver ou morrer, conforme o exercício de pequenos ou grandes poderes. vinda de abordagens policiais violentas que tratam esses grupos como potenciais ameaças, e a militarização das favelas e periferias, reforçando uma estrutura de controle baseada na raça e na classe.

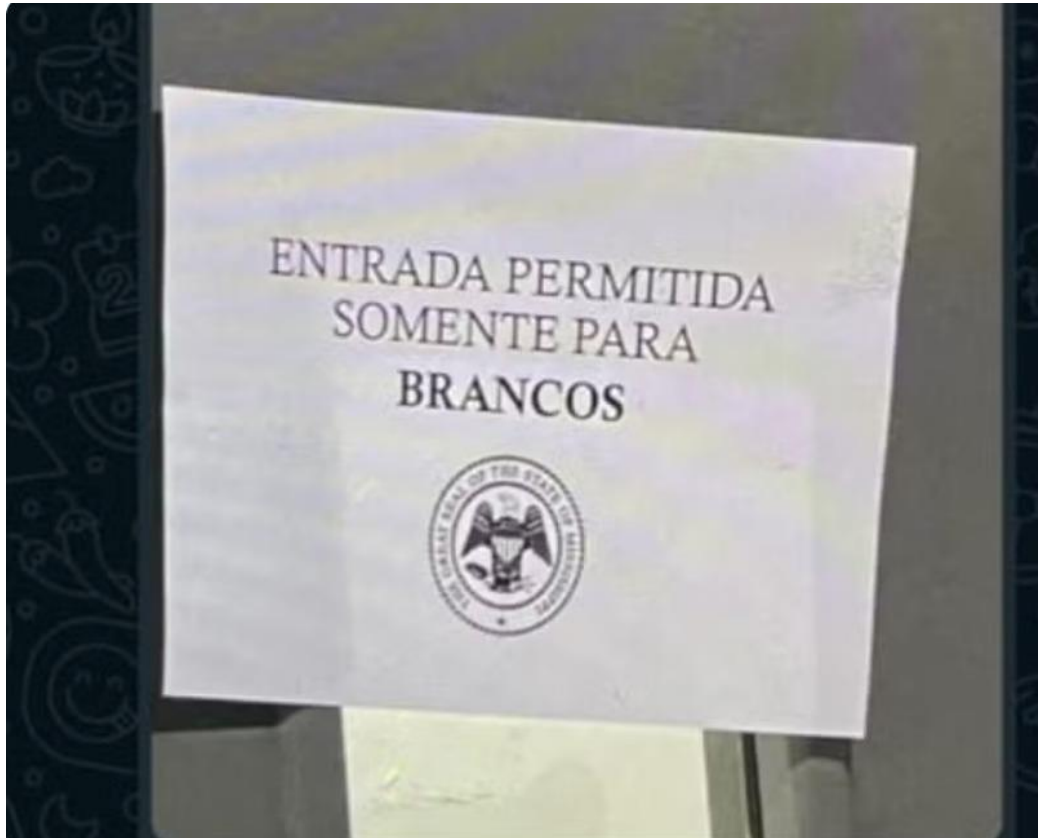
1.4 Racismo no Meio Acadêmico e Cultural

No campo acadêmico, casos de racismo e exclusão mostram os desafios de consolidar espaços realmente inclusivos. "Num curso como Odontologia, apenas 0,7% dos alunos que se formaram no ano 2000 eram negros, pretos e pardos juntos. [...] Medicina é um curso completamente branco, Direito é um curso branco." (CARVALHO, 2001, p. 17).

Episódios como o cartaz racista em uma faculdade de Direito ou as ofensas dirigidas a alunos cotistas durante jogos universitários mostram a resistência às políticas de ações afirmativas e a permanência de um ambiente elitista que marginaliza grupos historicamente excluídos.



Figura 1 – Cartaz em universidade



Fonte: <https://g1.globo.com/>

O cartaz racista em uma faculdade de Direito, por exemplo, pode ser visto como uma tentativa de reafirmar a supremacia de grupos dominantes, mantendo a exclusão de certos grupos. Esse tipo de atitude reflete o temor de perder privilégios históricos e o medo de mudanças que possam nivelar as oportunidades.

A ideia de que a entrada desses alunos nas universidades seria uma "ameaça" ou um "deslocamento" de indivíduos supostamente mais "qualificados" está baseada em estereótipos e preconceitos, que não têm base na meritocracia, mas em uma visão distorcida de que a educação é um espaço exclusivo para uma determinada elite.

Esses eventos mostram ainda a necessidade de uma abordagem pedagógica mais sensível e de representatividade negra em todos os níveis institucionais.



A bolsa permanência é uma política de apoio financeiro que visa garantir a permanência de estudantes negros em universidades públicas, especialmente aqueles de baixa renda, reduzindo a evasão e promovendo a igualdade de oportunidades no ensino superior.

Embora a bolsa permanência seja um avanço importante, ela não resolve todas as desigualdades. O valor da bolsa, muitas vezes, não é suficiente para cobrir todas as despesas dos estudantes, especialmente em grandes cidades com alto custo de vida.

Além das dificuldades relacionadas à concessão de bolsas, a evasão de alunos negros nas universidades é um problema significativo. Isso ocorre porque, além do impacto do preconceito racial vivenciado no ambiente acadêmico, muitos enfrentam sérias dificuldades financeiras. A combinação dessas adversidades contribui para o alto índice de desistência, já que a falta de recursos econômicos e a experiência de discriminação tornam a permanência na universidade cada vez mais difícil para esses estudantes.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Os atos de violência contra pessoas negras, bem como as práticas racistas, têm se tornado cada vez mais frequentes e menos dissimulados. Nesse contexto, é importante destacar que “Nesse paradigma, a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública.” (Mbembe, 2018, p.10).

Essas práticas racistas têm se tornado cada vez mais frequentes em diversos contextos sociais, como no ambiente de trabalho, nas instituições de ensino e, sobretudo, nas situações cotidianas. Mesmo ações aparentemente simples podem se tornar constrangedoras ou perigosas quando envolvem indivíduos racistas, especialmente aqueles em posições de poder o que contribui para que pessoas negras sejam constantemente atacadas, violentadas e, em casos extremos, até mesmo mortas, afirmando Mbembe (2018, p.49) “Homicídio e suicídio são realizados no mesmo ato. E em larga medida, resistência e autodestruição são sinônimos”.

A população negra continua sendo sistematicamente excluída de posições de prestígio e melhores oportunidades profissionais, sendo frequentemente subestimada diante das elites econômicas e sociais. Quando uma pessoa negra ocupa um cargo de destaque, sua presença tende a ser deslegitimada por indivíduos preconceituosos e intolerantes, que atribuem sua ascensão não ao mérito, mas a supostos favorecimentos ou critérios não legítimos.



Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor. (Mbembe, 2018, p.24)

Essa percepção distorcida reforça as estruturas de exclusão e perpetua a ideia de inferioridade racial, alimentando o racismo estrutural que marca profundamente a sociedade;

Torna-se fundamental investir na formação de profissionais que saibam se posicionar de forma crítica e ativa diante dos desafios impostos por uma sociedade extremamente desigual na qual o racismo também está presente nas políticas de Estado, em que os valores de mercado se impõem de forma violenta tentando sobrepujar valores emancipatórios e humanistas. (BARROS, 2019)

Dessa forma, o peso dos acontecimentos do passado molda profundamente a maneira como seremos tratados no futuro. A carga de uma história marcada por lutas travadas e resistências contra as injustiças de suas épocas que, embora hoje se manifestem sob novas formas, permanecem essencialmente semelhantes continua a influenciar nossa realidade.

As batalhas que outrora foram enfrentadas pela liberdade e igualdade persistem, agora revestidas de novos contextos e estratégias de luta, mas ainda impulsionadas pelas mesmas raízes históricas de opressão e exclusão. Diante desse cenário, a luta por respeito e por reconhecimento em espaços de valor configura-se como um processo contínuo, travado ao longo de muitos anos e que persiste até os dias atuais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizada pela busca de compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, sem a pretensão de quantificá-los. Utiliza-se, como estratégia metodológica, a pesquisa bibliográfica, a qual, conforme Gil (2008), consiste no exame de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos e outros documentos pertinentes ao tema investigado. O método de análise escolhido é a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2016), configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não que possibilitem a



inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A metodologia empregada também contempla a análise de dados estatísticos extraídos de notícias recentes, como forma de ampliar a compreensão do contexto social e político no qual o objeto de estudo está inserido. Essa estratégia busca não apenas ilustrar a realidade investigada, mas também contribuir para a reflexão crítica acerca das informações disponíveis e sua relação com o tema central da pesquisa. Dessa maneira, a combinação entre a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo permite uma abordagem mais rica e fundamentada, possibilitando a construção de inferências teóricas e práticas pertinentes ao campo de estudo.

ANÁLISES E RESULTADOS

A análise dos dados apresentados revela a permanência do racismo estrutural como um elemento central na configuração das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo. Em diferentes campos como a educação, segurança pública, mercado de trabalho e políticas reparatórias e o que se verifica é a continuidade de práticas discriminatórias historicamente enraizadas, que se atualizam e se adaptam às novas formas de organização social, mantendo a marginalização de grupos racializados. Ainda que políticas afirmativas e medidas reparatórias tenham sido implementadas nas últimas décadas, os avanços observados são, em grande parte, limitados pela resistência institucional e pela naturalização da hierarquia racial no imaginário social.

Os dados sobre o ambiente educacional, que apontam para a baixa representatividade negra em cursos de elite e em cargos docentes, se articulam às estatísticas de violência policial, às dificuldades de permanência estudantil e às barreiras de ascensão no mercado de trabalho. Esses fenômenos, embora ocorram em campos distintos, compartilham a mesma raiz: a reprodução histórica de desigualdades racializadas. A lógica que legitima a ausência de negros em espaços de poder acadêmico é a mesma que autoriza a seletividade letal das ações policiais nas periferias. Assim, o racismo estrutural opera transversalmente, regulando o acesso a direitos, recursos e reconhecimento social.

É importante destacar que essas práticas discriminatórias não são apenas resquícios de um passado colonial ou reflexos da ignorância individual, mas expressões ativas de uma



estrutura de poder que continua a organizar a sociedade brasileira. A análise demonstra que a desigualdade racial é produzida e reproduzida intencionalmente por meio de políticas de exclusão, omissões institucionais e narrativas culturais que normalizam a violência simbólica e física contra corpos racializados. Nesse sentido, a naturalização da exclusão e da violência racial funciona como um mecanismo de manutenção do status quo, bloqueando mudanças substantivas nas relações sociais.

Os dados aqui sistematizados evidenciam que enfrentar o racismo estrutural exige mais do que iniciativas isoladas; demanda uma transformação profunda nas estruturas de poder e nos valores que regem as instituições sociais. A relevância dessas análises reside justamente em iluminar a necessidade de uma ação coletiva e interseccional, capaz de articular políticas públicas efetivas, reformas educacionais profundas e mudanças culturais duradouras. A construção de uma sociedade democrática, plural e equitativa depende da desestabilização consciente das hierarquias raciais e da valorização ativa da diversidade como princípio organizador da vida social.

CONCLUSÕES

Esses diferentes episódios estão interligados pela continuidade histórica de práticas discriminatórias e pela resistência em enfrentar desigualdades estruturais. A ausência de políticas públicas integradas e de amplo alcance perpetua ciclos de exclusão e violência. No entanto, iniciativas recentes, como a ampliação do debate público sobre reparações e o fortalecimento de ações afirmativas, representam passos fundamentais para uma sociedade mais equitativa. A literatura e a arte desempenham um papel essencial nesse processo, oferecendo narrativas que questionam o status quo e promovem o reconhecimento das experiências de grupos marginalizados.

Enfrentar o racismo e a violência no Brasil exige um esforço coletivo e interdisciplinar. Educação inclusiva, políticas reparatórias eficazes e reformas institucionais robustas são indispensáveis para romper com um passado colonial que ainda define as dinâmicas sociais. Mais do que uma questão de justiça, essas ações são cruciais para a construção de um futuro marcado pela equidade e pelo respeito.

O racismo estrutural, tal como definido por Almeida (2018), não depende apenas de ações individuais, mas é mantido por sistemas que perpetuam privilégios e exclusões. No



campo educacional, o diagnóstico do MEC de 2024 e a análise do corpo docente universitário revelam que as universidades, como espaços historicamente elitistas, ainda falham em incorporar substantivamente a diversidade racial e em proporcionar igualdade de oportunidades.

Apesar do avanço, como as várias implementações de políticas de ações afirmativas e o reconhecimento formal do Estado quanto às injustiças históricas, os desafios permanecem profundamente enraizados nas estruturas sociais e institucionais, pois quando usadas muitas vezes são muito superficiais.

Dentro de suas conquistas temos a políticas reparatórias como o fundo de igualdade racial e as cotas, representam avanços, sua eficácia depende de uma implementação consistente e de longo prazo, acompanhada por reformas estruturais que enfrentam as raízes do racismo. "O importante não é o que fazemos de nós, mas o que nós fazemos daquilo que fazem de nós." SARTRE (1905-1980).

Políticas essas devem ser visíveis não só previstas em leis mas sim em uma educação social e antirracista, abrangendo todas as esferas principalmente as culturais que reconheça e valorize a diversidade como um valor essencial, o racismo se revela como uma estrutura da sociedade que normaliza regras abalizadas em princípios discriminatórios de raça. Pois não se nasce racista se vira racista.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, p. 13-30, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=7031121600>. Acesso em: 7 dez. 2024.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012. Disponível em:



<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/154/132>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Livros com mais de 3 autores:

COSTA, Demerval Saviani. Florestan Fernandes: luta de raça e de classes. In: FERNANDES, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2017.

Capítulo de livro (Ebook):

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Nilza Maria da. O negro na universidade: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

Leis, decretos, portarias, etc.:

BRASIL. Lei n.º 10.639/2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.645/2008. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

Notícias:

G1. 'Somente para brancos': estudantes de direito fixam cartaz em sala para simular segregação racial; colegas denunciam racismo. *G1 São Paulo*, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/11/20/somente-para-brancos-estudantes-de-direito-fixam-cartaz-em-sala-para-simular-segregacao-racial-colegas-denunciam-racismo.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2024.

REVISTA FÓRUM. Número de mortes por policiais militares em São Paulo aumenta 98% em 2024. *Revista Fórum*, 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/02/15/sao-paulo-aumenta-98-em-2024-148005.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

VOA PORTUGUÊS. Protesto contra violência policial em São Paulo. *Voa Português*, 2024. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/7891064.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Livros com organizadores, coordenadores:

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância*. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/racismo-na-infancia/p>. Acesso em: 27 abr. 2025.



Livros traduzidos:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed., 2014.

Outros:

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. Trad. Paulo Perdigão. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Autoria:

Ludimila Da Silva Pinto

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Instituição:

EAA/UFAM

E-mail: ludmila.silvapinto2@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-5712-2514>

País: Brasil

Rogeli Belfort Laranjeira

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Instituição: IEAA/UFAM

E-mail: rogeli.laranjeira@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2380-7574>

País: Brasil

Jordeanes do Nascimento Araujo

Instituição: Prof. Dr. da Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: jordeanes.araujo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6276-2727>

País: Brasil